



Índice

- 01** [Xavantes saqueiam mercado e casas após índio levar seis tiros em MT](#)
- 02** [Índios interditam BR-222 em Bom Jesus do Tocantins, no Pará](#)
- 03** [Artista expõe painéis inspirados nos índios brasileiros](#)
- 04** [Fazenda de Ricardo Bacha é invadida por Índios e esposa e filho do fazendeiro são mantidos reféns](#)
- 05** [Reserva indígena no Paraná tem índios "paraguaios" e clima de tensão](#)
- 06** [Índios aprendem novo plantio de arroz em MT e colhem 42,5 mil kg](#)
- 07** [Gado em comunidades indígenas recebe vacina contra febre aftosa](#)
- 08** [Educadores indígenas discutem melhorias da educação](#)
- 09** [INSS terá de pagar salário-maternidade a indígenas gestantes com idade inferior a 16 anos](#)
- 10** [A nota bucéfala da CNBB sobre a questão indígena e a crítica estúpida à ministra Gleisi Hoffmann](#)
- 11** [MPF/TO intermedeia conflito entre indígena e funcionários de companhia de energia elétrica](#)
- 12** [Descaso com a saúde indígena faz mais uma vítima: Ajrua Awá-Guajá](#)

Xavantes saqueiam mercado e casas após índio levar seis tiros em MT
SÍTIO GLOBO.COM, 14.05.2013

*Ação ocorreu em represália a violência sofrida por índio em Nova Xavantina.
Em reunião nesta terça, índios prometeram devolver produtos roubados.*



Xavantes acumulam em calçada alimentos saqueados em supermercado de Nova Xavantina (Foto: Jânio Gomes/NotíciasNX)

Um grupo de pelo menos 30 índios da etnia Xavante invadiu três residências e saqueou alimentos de um supermercado em Nova Xavantina, a 651 quilômetros de Cuiabá, nesta terça-feira (14). De acordo com a Polícia Militar, os indígenas promoveram as invasões em retaliação à tentativa de assassinato contra um xavante no último domingo (12). A ação dos indígenas causou pânico à cidade de 19.643 habitantes, segundo o IBGE. A Funai afirmou que monitora a situação.

O xavante Levi Tserewa Omowe Waadahite, de 32 anos, foi atingido com seis tiros em uma rua do bairro União. De acordo com o Boletim de Ocorrência da PM, dois homens em uma moto que passavam pelo local teriam efetuado os disparos. A vítima foi socorrida e levada para o hospital municipal. O estado de saúde dele se agravou, e o indígena acabou sendo transferido para o Pronto-Socorro de Barra do Garças, a 516 quilômetros de Cuiabá. Ele está em estado de observação e, segundo a unidade hospitalar, o estado de saúde da vítima é estável.

O primo do indígena baleado confirmou ao G1 que o protesto foi motivado pela tentativa de assassinato contra o integrante da aldeia. "Ninguém esperava o que aconteceu. O nosso povo deixou a aldeia no propósito de protestar contra tudo que o Levi passou [em Nova Xavantina]", afirmou o primo da vítima, Rinaldo Tsiwamo, que é funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Nova Xavantina.

CONT.

Homens, mulheres, idosos e crianças. O grupo de indígenas da aldeia Campinópolis chegaram em Nova Xavantina em vários carros. Os locais invadidos, segundo a polícia, seriam de familiares e amigos dos suspeitos que balearam o indígena.

Em entrevista ao G1, o comandante da PM em Nova Xavantina, Roosevelt Fabiano Oliveira Escolástico, declarou que os xavantes roubaram quatro motos que estavam nas residências e levaram, praticamente, 95% dos mantimentos do estabelecimento comercial.



"Eles quebraram portas, danificaram móveis, levaram eletrodomésticos. Em momento algum eles agrediram ninguém. Toda a ação dos índios foi ligada à tentativa de assassinato. As casas invadidas eram as que os suspeitos moravam. O mercado só foi saqueado, segundo eles, porque o proprietário teria dito onde o índio estava antes de ser baleado", explicou o comandante.

Em relação a um possível confronto entre a PM e os indígenas, o comandante ressaltou que os policiais acompanharam a ação de perto e, não dispararam contra os xavantes porque 'não houve violência física'. Ele destacou também que a polícia local não dispõe de armamento não-letal e uma possível ação da polícia poderia 'causar uma tragédia'.

No final da tarde desta terça-feira, uma reunião entre as autoridades locais e os índios pôs fim ao conflito. Os indígenas prometeram em uma semana devolver os mantimentos e deram prazo de dois dias para entregar as motocicletas e os eletrodomésticos retirados das residências. Ao final da reunião, porém, o líder da aldeia, Roberto Xavante, afirmou que se o índio baleado morrer, 'Nova Xavantina vai conhecer de perto o que eles podem fazer'. O encontro foi registrado em uma ata.

Prisão

De acordo com a polícia, os indígenas serão investigados em um inquérito policial pelos crimes de furto, roubo e saque. Um dos suspeitos de ter participado da tentativa de assassinato contra o indígena foi preso em Primavera do Leste, a 239 quilômetros de Cuiabá, tentando embarcar em um caminhão de carona. Segundo o delegado Marcos Aurélio Dias Leão, o suspeito foi levado para uma unidade prisional que não foi divulgada por motivo de segurança.

A polícia investiga duas hipóteses que levaram o indígena a ser baleado. A primeira é que ele estaria envolvido com o tráfico de drogas. A segunda é que o xavante teria furtado uma bicicleta. O segundo suspeito de atirar em Levi ainda segue procurado.



Índios interditam BR-222 em Bom Jesus do Tocantins, no Pará
SÍTIO GLOBO.COM, 14.05.2013

*Protesto de indígenas reivindica melhoras na saúde.
Depois do protesto, rodovia foi liberada.*

Índios interditaram a BR-222 nesta terça-feira (14), em Bom Jesus do Tocantins, na região sudeste do Pará. Eles reivindicam melhoras no atendimento a saúde nas aldeias. Segundo os índios, muitos estão adoecendo nas aldeias sem atendimento médico. A rodovia já foi liberada.

A ação dos índios começou ainda dentro das aldeias, eles pintaram os corpos e armados com arcos e flechas seguiram em direção à rodovia BR-222, que corta três aldeias dos índios Gavião. Além destes, a manifestação contou com a participação de outros grupos indígenas da região, como os Assurini, Tembém e Suruí.

O cacique Waitoha Assurini diz que há três anos um médico não vai até a aldeia. "Hoje a saúde está muito difícil, tá pedindo socorro", disse. A interdição da rodovia foi uma forma encontrada pelos indígenas para demonstrar a insatisfação quanto ao serviço de saúde oferecido nas aldeias e nas casas de saúde indígena.

"A saúde está precária porque nós estamos com uma necessidade muito grande de medicação, de espaço pra saúde. E essa reivindicação é para melhorar a saúde para os povos indígenas", disse o cacique Rikparti Gavião.

Um grupo de 11 indígenas da região viajou para Brasília para participar de uma reunião com o secretário especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde.



Boletim de Notícias - Edição nº 081 / 2013

Brasília, 15 de maio de 2013.

Artista expõe painéis inspirados nos índios brasileiros

SÍTIO NOTÍCIAS NA HORA, 14.05.2013

A designer e artista visual Ivone Rigobello apresenta a exposição "Grafismos Indígenas", com painéis de juta, que se baseiam em pinturas corporais dos índios brasileiros. A identidade brasileira impregna seu trabalho de pesquisa e da a marca registrada as suas coleções. A mostra será montada no espaço Mezanino Cine Vivo, no shopping Paseo Itaipara, entre os dias 10 de junho e 15 de julho, das 14h às 20h.

O processo de elaboração das peças passou pela escolha da matéria-prima - fibras naturais cultivadas por cooperativas auto-sustentáveis no norte e nordeste do Brasil - e da paleta de cores que remetem à terra e às plantas do Brasil, além da utilização de grafismos repletos de referências à fauna e flora, bem como da pintura indígena.

Fazenda de Ricardo Bacha é invadida por Índios e esposa e filho do fazendeiro são mantidos reféns

SÍTIO SIDROLÂNDIA NEWS, 15.05.2013

De acordo com Bacha, estão sitiados na fazenda em domínio dos índios sua esposa e filho



A Fazenda Buriti de propriedade de Ricardo Augusto Bacha foi invadida nesta madrugada por diversos indígenas da região, a exigência é de dois para dezessete mil hectares, esta é a reivindicação de representantes indígenas quanto à ampliação da área de aldeias indígenas da região de Buriti, quase 800% de aumento comparado à área apropriada hoje.

Ricardo Bacha hoje é umas das vítimas deste cenário regional e em entrevista exclusiva de Brasília ele afirmou: "eles ameaçaram nossos funcionários, destroem cercas, mangueiros e

até roubam nosso gado, afirmam que as terras são deles, mas utilizam e usufruem indevidamente de tudo que está sobre a terra, as nossas benfeitorias na nossa região".

De acordo com Bacha, estão sitiados na fazenda em domínio dos índios sua esposa e filho, "preciso de uma intervenção da polícia, estou indo para lá, mas só a polícia federal pode resolver isso", destaca o fazendeiro.

Nossa reportagem entrou em contato com líderes indígenas da aldeia Buriti, eles afirmam que cansaram de esperar e vão retomar as terras, a princípio sem uso de força, porém eles afirmam que não vão ceder.



Reserva indígena no Paraná tem índios "paraguaios" e clima de tensão

SÍTIO UMUARAMA ILUSTRADO, 15.05.2013

Reserva indígena no Paraná tem índios "paraguaios" e clima de tensão

Guaíra - O convívio entre índios e proprietários rurais no oeste do Paraná, onde a demarcação de reservas indígenas foi interrompida a pedido da Casa Civil na semana passada, tem sido marcado pela hostilidade.

A situação se agravou no final do ano passado para cá, quando um posto da Funai (Fundação Nacional do Índio) foi instalado em Guaíra (na fronteira com o Paraguai) e os produtores rurais passaram a se organizar para reivindicar a reintegração de posse de áreas invadidas.

Protestos durante a visita da presidente Dilma Rousseff à região, em fevereiro, fizeram com que a Casa Civil da paranaense Gleisi Hoffmann interviesse e pedisse estudos complementares sobre a criação da reserva guarani pretendida pela Funai.

Foram esses estudos que culminaram no pedido de interrupção do processo de demarcação na semana passada. O mesmo processo deve ser repetido em outros Estados, como Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O governo já anunciou que irá alterar o processo de demarcação de terras indígenas, que contará com a participação de outros órgãos além da Funai.

A reformulação do sistema, que na prática esvazia os poderes da Funai, foi um compromisso da ministra da Casa Civil com a bancada ruralista durante audiência na Câmara. Pré-candidato do PT ao governo paranaense, ela nega que a decisão tenha motivação eleitoral.

Tensão

No Paraná, índios e fazendeiros trocam acusações de vandalismo e intimidação. Os proprietários das terras invadidas, nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, acusam os índios de terem vindo do Paraguai e de outros Estados, "incitados" pela Funai. A região é um dos maiores polos agrícolas do Paraná.

"Incitam os índios com promessas, com benefícios de governo", diz o presidente do Sindicato de Produtores Rurais de Guaíra, Silvanir Rosset. "Os índios invadem áreas, saqueiam, não têm limites. E, como são índios, são intocáveis."

Os produtores dizem que o fluxo migratório aumentou no final do ano passado, e que as terras invadidas são depredadas e queimadas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 081 / 2013

Brasília, 15 de maio de 2013.

Indigenistas negam e dizem que a população indígena na região de fronteira vive "como uma bola de pingue-pongue", com características nômades, mas que tem direito histórico às terras.

"Não existe um fluxo direcionado; existe uma circulação", diz o servidor da Funai Diogo de Oliveira, que trabalha em Guaíra. "Aquela região é historicamente indígena. E nenhum índio saiu porque quis, todos foram compelidos a deixar esses lugares", comenta o indigenista Edívio Battistelli.

RELATOS

Para eles, os índios é que têm sido intimidados. Há relatos de indígenas que são xingados de "bugrinhos" e "invasores", e jovens que cometeram suicídio. A situação dos acampamentos, diz a Funai, é precária: falta luz, água potável e às vezes até comida. "É um povo marginalizado, superpacífico, que só reage a situações de violência", diz Oliveira. A Prefeitura de Guaíra chegou a criar um comitê especial para mediar a relação entre índios e fazendeiros, no início do ano. Para o prefeito Fabian Vendruscolo (PT), cuja família tem terras vizinhas às invadidas, é preciso que sejam cumpridas as ordens de reintegração de posse. "O que interessa para nós é que a posse das áreas seja reintegrada, e que os índios sejam assentados em locais que o governo federal vai ter que encontrar", diz. "Temos que garantir que os direitos de ambas as partes sejam respeitados." (Folhapress)



Índios aprendem novo plantio de arroz em MT e colhem 42,5 mil kg

SÍTIO TOP NEWS, 14.05.2013

Indígenas são das aldeias Santana e Nova Canaã, em Nobres (MT). A colheita será dividida entre 30 famílias.

Os índios das aldeias Santana e Nova Canaã, localizadas no município de Nobres, a 151 km de Cuiabá, colheram 42.550 quilos de arroz da cultivar BRS Sertaneja. O produto será dividido entre 30 famílias e cada produtor terá que guardar dois quilos de sementes para o próximo plantio. Em um sistema de manejo diferenciado do que eles estavam acostumados, os índios orientados pelos técnicos da Empresas Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) estão aprendendo novas técnicas de cultivo que também irão utilizar com outras culturas.

Na aldeia Santana foram semeados 17 hectares divididos em lotes de dois hectares que ficaram sob a responsabilidade de cinco famílias. Já na aldeia Nova Canaã foram plantados cinco hectares sob os cuidados de oito famílias. Ao todo, o plantio de arroz ocupou 22 hectares nas duas aldeias.

O técnico da Empaer, Amarildo Sampaio, explica que o solo desta região não tem condições ideais para o cultivo. "O projeto Ensinar o Pequeno Produtor a Tecnologia de Manejo de Solo vai ajudar a melhorar as condições de cultivo", explica. Amarildo diz que a produtividade é de cerca de 55 toneladas, ou seja, 2.500 quilos de arroz por hectare. O projeto teve início em março de 2012. Também há experimentos com feijão sequeiro, fruticultura, citrus e horta caseira. A aldeia Santana tem 96 famílias, enquanto que a Canaã outras 20.

De acordo com o cacique da tribo Bakairi, Arnaldo da Silva, ainda nesta safra deve-se ampliar o cultivo de grãos, introduzindo na comunidade, por exemplo, o feijão de sequeiro.



Gado em comunidades indígenas recebe vacina contra febre aftosa

SÍTIO PORTAL EBC, 14.05.2013

Brasília – O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) começou a vacinar cabeças de gado contra a febre aftosa em comunidades indígenas no interior e marginais à Reserva Raposa Serra do Sol, noroeste de Roraima. Os animais estão em áreas de fronteira com a Guiana, país que não tem dados oficiais sobre a doença, e a Venezuela, classificada como área de alto risco e onde há registros de casos. O objetivo é imunizar 50 mil cabeças em 218 comunidades.

Cinco equipes de vacinação formadas por técnicos e veterinários cumprirão um cronograma de 40 dias. As comunidades receberão ainda orientações técnicas sobre manejo do rebanho e prevenção contra doenças. O processo está sendo coordenado pela Superintendência Federal de Agricultura em Roraima, vinculada ao ministério, em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai). Segundo Luiz Cláudio Estrela, superintendente substituto de Agricultura no estado, o gado receberá a primeira dose agora e um reforço em seis meses. “O objetivo é imunizar 100% dos animais nas comunidades”, diz.

De acordo com Estrela, principalmente as comunidades próximas a fazendas aprenderam a lidar com os rebanhos e sobrevivem de criações e plantações. “Nós últimos 150 anos, eles aprenderam a lidar com o gado. Primeiro era o gado dos fazendeiros. Agora, são criações comunitárias”, explica. Estrela diz que a ação, que começou no último dia 9, contribuirá ainda para que Roraima seja reconhecido como estado livre da febre aftosa, uma vez que atualmente é considerado área de risco. Cerca de R\$ 253 mil serão usados na operação para gastos com combustíveis e material de apoio.



Educadores indígenas discutem melhorias da educação

SÍTIO ARAGUAÍNA NOTÍCIAS, 14.05.2013

O encontro dos Educadores Indígenas começará às 8 horas, no auditório do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, em Palmas, com a apresentação do documentário 'Da luz da vida à água que morre', reflexão sobre o povo Xerente, da jornalista Monise Busquetes, da UFT. Vão participar 250 educadores indígenas representantes de todas as etnias do Tocantins, que durante dois dias compartilharão informações e debaterão sobre as melhorias da Educação.

Entre os assuntos na pauta estão: orientações sobre patrimônio, avaliação de desempenho, alimentação escolar e sobre o portal transparência.

Às 16 horas, da quarta-feira, 15, haverá uma palestra sobre "A educação e proteção integral da criança e do adolescente no ambiente escolar", com Rodrigo Barcelos.

Na quinta-feira, 16, às 8 horas, haverá apresentações do Coral da Universidade Católica do Tocantins. Em seguida, serão realizadas discussões sobre o programa 'Mais Educação' e sobre a Instrução Normativa da Educação Indígena.



INSS terá de pagar salário-maternidade a indígenas gestantes com idade inferior a 16 anos

SÍTIO ÚLTIMA INSTÂNCIA, 14.05.2013

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) terá de conceder salário-maternidade para indígenas gestantes com idade inferior a 16 anos da aldeia Kaingang da TI (Terra Indígena) de Inhacorá, localizada no Município de São Valério do Sul (RS), desde que cumpridos os demais requisitos legais. A decisão veio após ação civil pública movida pelo MPF (Ministério Público Federal), em julgamento da 5ª Turma do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região). Ainda cabem recursos.

A ação do MPF começou após conhecimento de caso envolvendo duas menores da aldeia que reivindicavam o direito a receber o salário-maternidade, independente do preenchimento do requisito etário mínimo de 16 anos, exigido pelo INSS. Após apuração, constatou-se que os indígenas da aldeia Inhacorá, na maioria das vezes, começam a trabalhar no meio rural, casam e geram filhos com idade inferior a 14 anos.

O MPF entendeu que a concessão do benefício previdenciário deveria ser feita de forma diferenciada para essa população. Pela lei, a atuação das menores na atividade rural não é vedada, pois pode ser equiparada à condição de aprendiz (quando o jovem dá os primeiros passos na aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias ao exercício da atividade).

Em primeira instância, o mérito não foi julgado e o MPF considerado parte ilegítima para atuar no caso. O juiz federal autor da decisão entendeu, ainda, que pedidos como o do caso deveriam ser feito em ações individuais. Mas o MPF argumentou que sua atuação é importante para que não ocorra um total esvaziamento do instituto de tutela coletiva, que objetiva agrupar vários casos em uma única ação. A Instituição também ressaltou que, não raras vezes, é necessário "o auxílio de advogado para o ajuizamento de ação individual, o que implica pagamento de honorários advocatícios, o que dificulta o acesso da comunidade indígena ao judiciário".

O TRF-4 acatou os argumentos, reconheceu a legitimidade do MPF e ainda considerou justa a concessão do benefício: "por se tratar de norma constitucional protetiva, ela não pode ser interpretada em desfavor daquele cuja proteção é colimada".



A nota bucéfala da CNBB sobre a questão indígena e a crítica estúpida à ministra Gleisi Hoffmann

SÍTIO REVISTA VEJA, 14.05.2013

Não! Não pensem que é só Geraldinho Rastafari que fala besteiras. A Igreja Católica também comete os seus pecados nessa área. E como! Sempre que os bispos decidem renunciar à sua missão pastoral — e só são pastores porque pregam uma mensagem cujo conteúdo é definido: o catolicismo — para fazer política, é certo que mergulham na tolice, no achismo e no preconceito.

A Comissão Pastoral da Terra, da CNBB, emitiu ontem uma nota sobre a questão indígena no Brasil que é um formidável apanhado de tolices, de mistificações e, se as palavras fazem sentido, de negação do próprio cristianismo. Segue a nota em vermelho. Comento em azul.

Ministra afronta a Constituição Brasileira
Bobagem. Não houve afronta nenhuma.

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra vem a público para manifestar sua indignação e repúdio ao que faz o atual governo federal, em defesa da sua visão monocrática de desenvolvimento e de submissão aos interesses do agronegócio.

Nem este governo nem outro qualquer foram submissos ao agronegócio. Antes tivessme sido mais atentos à realidade do setor, que livra o país da bancarrota.

A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffman, no dia 8 de maio, em reunião da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, deixou claro qual é a verdadeira e única visão do atual governo em relação aos sérios e graves conflitos que envolvem os povos indígenas.

A ministra só disse, em relação ao caso, palavras de bom senso, ao defender que a questão não fique subordinada apenas à Funai.

As diversas manifestações indígenas que vêm ocorrendo nos últimos anos, que mostram sua total discordância com projetos que afetam sua vida e seus territórios, são atribuídos pela ministra a grupos que usam o nome dos índios, tentando, com isso, desqualificar suas ações como se eles apenas fossem massa de manobra nas mãos de outros interesses. "Não podemos negar que há grupos que usam os nomes dos índios e são apegados a crenças irrealistas, que levam a contestar e tentar impedir obras essenciais ao desenvolvimento do país, como é o caso da hidrelétrica de Belo Monte", disse ela textualmente. E acrescentou: "O governo não pode concordar com propostas irrealistas que ameaçam ferir a nossa soberania e comprometer o nosso desenvolvimento".

É raro que eu possa fazer minhas as palavras de um petista — a menos que ele se posicione a favor da Lei da Gravidade. Nesse caso, no entanto, ocorreu. A ministra está absolutamente certa. Cito o caso evidente de Raposa Serra do Sol. A Igreja Católica no Brasil é uma das responsáveis pela tragédia social que se seguiu à expulsão dos arrojados da região. Pelo visto, os trabalhadores não índios que lá estavam não eram filhos de Deus, não é mesmo? A Igreja, reitero, foi uma das artífices daquele absurdo. Resultado: levou para a reserva fome e desemprego. Índias foram se prostituir às margens da rodovia em Boa Vista. Haverá uma "Pastoral das Prostitutas"? Índios estão morando num lixão. Haverá uma "Pastoral do Lixão"?

A ministra deixa patente que o econômico é o único compromisso do atual governo. Nada pode impedir que os propalados "progresso e desenvolvimento" avancem sobre novas áreas, desconhecendo totalmente os direitos dos povos que há séculos ali vivem e convivem, se assim o governo definir como essenciais ao desenvolvimento.

CONT.



Com essa linguagem, logo a CNBB vai pedir a cassação simbólica de Padre Anchieta, um jesuíta, como o papa Francisco... Afinal, sabem como é?, ele resolveu montar, por exemplo, o "Auto de São Lourenço" para os índios, em que as divindades indígenas aparecem como demônios... Tenham paciência! Que linguagem é essa? Digam-me cá, senhores religiosos: que conversa é essa de "propalados 'progresso e desenvolvimento'"? Vocês, por acaso, se opõem a ambos?

Eis aí, leitores! Essa é uma das razões do declínio da Igreja Católica no Brasil, que é a minha Igreja, que é a base material e espiritual da minha religião. Certos setores parecem preferir ainda o atraso e a pobreza, desde que igualitários. Não é por acaso que os evangélicos promovem uma verdadeira razia nas áreas periféricas das grandes cidades. Se entrar no mérito da qualidade da pregação deste ou daquele, o fato é que falam em progresso, em crescimento, em anseios. A Igreja Católica ainda prega contra o... progresso. Essa é a pior Igreja, que mistura dois reacionarismos: o viés anticapitalista que vem de muitos séculos somado ao esquerdismo xucro.

Com essa fala, ela acaba por legitimar toda a violência empreendida contra os povos originários no país. E confirma que o atual modelo de "desenvolvimento" é o mesmo que se implantou no Brasil, desde a época do Brasil Colônia, e se repetiu nos diversos períodos de nossa história.

É o trecho mais estúpido da nota. É coisa de esquerdista ginasiano, mixuruca. De resto, quem entende de modelo de Brasil colônia, se formos ser rigorosos, é mesmo a Igreja Católica, né? Isso é um manifesto político, e eu prefiro quando a Igreja faz manifestos religiosos.

Esquece-se ela, porém, que a Constituição, em seu artigo 231 garantiu: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" e que o Brasil é signatário de acordos internacionais que corroboram estes direitos. As declarações da ministra soam como uma afronta à Constituição brasileira.

É, sim, mas ninguém deu à Funai o direito de ampliar áreas de reservas indígenas, avançando sobre cidades e desalojando milhares de... cristãos!!! A propósito: os companheiros de batina e cocar da CNBB defendem o direito originário de pelo menos 20 comunidades indígenas que matam seus recém-nascidos, ou esses "direitos originários" têm algum limite? A Igreja Católica no Brasil coonesto a estupidez da Funai, que mantém índios tutelados e na miséria. Relembro: 13% do território brasileiro é destinado a reservas indígenas. Toda a comida e toda a carne que se produzem no Brasil — e de onde o país obtém, em ultimo caso, a riqueza que tem servido para minorar a miséria e a pobreza nos últimos 20 anos — ocupam pouco mais do que o dobro dessa área, onde não se produz quase nada.

E não são só palavras. Para garantir que as obras que o governo se propõe realizar não sejam interrompidas, como nos tempos da ditadura militar, militariza-se a questão. Em 12 de março, a Presidente Dilma assinou o Decreto nº 7957/2013, que dá poderes ao próprio governo federal, através de seus ministros de Estado, para convocar a Força Nacional em qualquer situação que avaliarem necessário. E lá está a Força Nacional na região onde se pretende construir o complexo Hidrelétrico do Tapajós. E estava em Belo Monte para retirar os cerca de 200 indígenas de 8 etnias diferentes, que ocupavam o canteiro de obras da usina, depois que o governo conseguiu liminar da justiça para que os mesmos fossem retirados, até mesmo com o uso da força. Pacificamente como entraram, os indígenas deixaram o local.

Sim, eu também acho que é preciso acompanhar de perto a convocação da Força Nacional de Segurança. Houvesse uma oposição mais vigilante no país, essa questão estaria sendo tratada com mais cuidado. Mas os fundamentos sobre os quais se assenta a nota da CNBB são um absoluto despropósito.

E não fica só nisso. Nas regiões, onde os índios depois de decênios de espoliação, tentam reaver pequena parte do território que lhes pertencia, o Palácio do Planalto desqualifica os trabalhos da Funai propondo submeter os estudos de identificação e delimitação de terras indígenas à análise da Empresa Brasileira

CONT.



de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), contrariando, mais uma vez a legislação brasileira.

Contrariando a legislação brasileira uma ova! O que os bispos estão chamando de "reaver parte do território que lhes pertencia" corresponde a expandir reservas indígenas na base da canetada, sem enxergar o que há pela frente. Há 896 mil índios no Brasil. Vivendo nas reservas, apenas 517 mil. Com 13% do território brasileiro destinado às reservas, isso significa 214 hectares por índio. Pequena parte??? Os bispos não sabem do que estão falando.

Aliado a isso tudo, a campanha anti-indígena que se desenvolve no Congresso Nacional com a PEC 215, que quer transferir as atribuições constitucionais da Presidência da República em reconhecer territórios indígenas e de outras comunidades tradicionais para o Senado, e a portaria 303 da Advocacia Geral da União que pretendia estender a todo o Brasil as condicionantes definidas para a TI Raposa Serra do Sol nos dão um quadro de como, depois de cinco séculos, os indígenas são vistos e tratados neste país.

Outra soma de despropósitos. As condicionantes citadas pela Comissão Pastoral da Terra foram definidas pelo Supremo Tribunal Federal justamente para impedir conflitos desnecessários. Até porque definidas pelo nosso tribunal constitucional, é evidente que elas se coadunam com os marcos da Constituição. Ou a CNBB também quer cassar as prerrogativas do Judiciário? A ser assim, daqui a pouco, haveremos de chamar parlamentares, juízes e ministros para definir como deve ser a Igreja Católica, certo? Se bispos querem se comportar como estado, devem anuir que o estado se comporte como bispos.

A Coordenação da CPT espera que nossa Constituição seja respeitada em primeiro lugar pelo próprio governo, garantindo "aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam", e também sobre os territórios dos quais foram espoliados. A preocupação da CPT se dá, também, com relação aos quilombolas e outras comunidades tradicionais sobre as quais cresce a pressão do capital, apoiado pelos poderes públicos. É hora de respeitar e de garantir a diversidade presente em nosso país, e o espaço físico para reprodução física e cultural dos povos e comunidades existentes.

Goiânia, 13 de maio de 2013.

Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Que o papa Francisco fique atento. É esse setor que tem nocauteado sistematicamente a Igreja Católica no Brasil. Ou então que a CNBB renuncie aos "povos derivados" — 199,1 milhões de brasileiros e decida ser a igreja dos "povos originários" — os quase 900 mil índios. Quem sabe consiga "corrigir" o mau trabalho feito pelo jesuíta Anchieta, né? A Igreja está vendo contradição e choque de interesses onde tem de haver convergência. Sim, senhores bispos: os interesses dos índios terão de se casar com os do desenvolvimento do Brasil. Até porque eles também são brasileiros. Eu não acho que bispos devam apenas rezar — embora eu acredite que essa ainda seja uma de suas tarefas principais. Podem e devem participar do debate na sociedade. Mas precisam a) se informar sobre a realidade brasileira; b) pôr o catolicismo à frente da ideologia.

A Igreja que fala nessa nota é muito pouco pia e, lamento, bem pouco cristã. Se o Geralzinho Rastafari (ver post) se pronunciar sobre comunidades indígenas, deve sair uma nota mais ou menos assim. Isso está mais para "reasoning" do que para uma expressão de uma visão cristã do mundo. E bispos, que eu saiba, não queimam a erva do capeta...

Será que o papa Francisco dará um jeito nos nossos cultores de Tupã e Jaci, mas que envergam o crucifixo? Infelizmente, duvido. Essa gente trocou o dogma da Cruz pela antropologia da mistificação. Como cristãos, são maus antropólogos. Como antropólogos, são maus cristãos.



MPF/TO intermedeia conflito entre indígena e funcionários de companhia de energia elétrica

SÍTIO SURGIU, 14.05.2013

Após consenso entre envolvidos em ameaça com arma de fogo, foram debatidos problemas relacionados ao abuso de álcool. Índios tentarão novamente impedir entrada de bebida nas aldeias

Durante reunião na Câmara de Vereadores de São Félix do Araguaia nesta terça-feira, 14 de maio, o procurador da República Álvaro Manzano intermediou o retorno do trabalho dos funcionários da Companhia de Energia do Mato Grosso (Cemat) que executam serviços de manutenção e leitura de medidores na aldeia Santa Izabel, na Ilha do Bananal.

A relação amigável entre os índios e os trabalhadores da Cemat, que atendem a aldeia devido à maior proximidade que as unidades da Celtins, foi abalada após um indígena ameaçar com arma de fogo um eletricista que cumpria a ordem de serviço para corte no fornecimento por falta de pagamento.

Com presença do advogado da Celtins Fabrício Azevedo e do gerente de eletrificação rural João Carlos Sarri Júnior, foi esclarecido aos índios que a colocação dos postes na aldeia pelo Programa Luz para Todos não dá direito à indenização ou mesmo isenção dos pagamentos, e que os índios devem quitar suas contas como todos os cidadãos. Também foram esclarecidos os procedimentos para requerimento das tarifas rural e social, negociação de dívidas e obtenção de segunda via da conta.

Diversas lideranças indígenas ressaltaram que a energia elétrica, disponível para a aldeia há cerca de dois anos, é uma antiga reivindicação que traz muitos benefícios, e que o fato ocorrido com o trabalhador foi isolado e não reflete a postura da comunidade. Diante das acusações feitas ao indígena envolvido na agressão, Manzano ressaltou que o objetivo da reunião era definir a forma para retorno dos trabalhos dos técnicos da Cemat à aldeia, e não julgar o acontecido.

Presente na reunião, o índio que ameaçou o eletricista reconheceu o erro e alegou estar psicologicamente abalado no momento do fato, devido à morte recente de um filho e um cunhado. Ele assumiu a dívida e disse que a comunidade não deve sofrer as consequências de sua atitude e se desculpou com o trabalhador, também presente. Como encaminhamento, foi definido que os eletricistas da Cemat serão acompanhados por um grupo de indígenas durante os trabalhos na aldeia por um período de tempo, e o serviço será retomado na quarta-feira, 15.

No segundo momento da reunião, foram debatidos os diversos problemas causados pelo abuso de álcool entre os índios, que começam a beber cada vez mais cedo. Relatos de lideranças presentes na reunião apontam casos de crianças de 12 e até 10 anos que já se embriagam, além do frequente uso de gasolina como entorpecente. A venda de bebidas nas aldeias foi

CONT.



outro problema relatado. Diversas lideranças cogitaram a criação de leis que impeçam a venda de bebida alcoólica aos índios.

Apesar de o último caso de suicídio ter ocorrido no segundo semestre de 2012, houve três tentativas recentes. Além dos suicídios, é atribuído ao abuso de álcool transtornos nas aldeias como agressões entre parentes, acidentes e mortes por afogamento. Manzano salientou a dificuldade de uma intervenção estatal que impeça os índios de comprar e fazer uso de bebidas alcoólicas, mas que a aldeia é soberana em suas decisões dentro da terra indígena, e pode impedir a entrada se for consenso de todos. O índice de suicídio entre os índios karajás é um dos mais altos do mundo.

Medida cogitada desde a realização do seminário sobre alcoolismo em 2009, os índios decidiram escolher pessoas para impedir a entrada de bebida durante reunião entre as lideranças, com remuneração pela própria comunidade. Manzano sugeriu a realização de um trabalho com as famílias para que apoiem o grupo em seu trabalho. Outro ponto foi a construção de um local, na aldeia, para abrigar índios sob efeito de álcool que estejam alterados e causando problemas até que cesse o efeito do álcool.

Descaso com a saúde indígena faz mais uma vítima: Ajrua Awá-Guajá
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 14.05.2013

Com esta nota queremos lamentar, profundamente, a morte da indígena Ajrua Awa-Guajá. Mãe de cinco filhos e tinha 40 anos, Ajrua residia na aldeia Awá, Terra Indígena Caru. A indígena faleceu no último sábado, 11, às 6 horas, no hospital Socorrão I, em São Luís (MA).

A causa da morte, confirmada nesta segunda-feira, 13, pela enfermeira do Polo Base-Santa Inês, Darlieny Marcela, foi Calazar - leishmaniose visceral. A morte de Ajrua é mais um caso de negligência a ser apurado na saúde indígena, neste caso, no atendimento aos Awá-Guajá. Segundo o Cimi, desde o dia 04 de abril, Ajrua já apresentava sintomas da doença, que um mês depois a matou.

Ajrua chegou a ser enviada ao Polo Base Santa Inês, mas logo retornou à aldeia. Ajrua não apresentava melhoras e retornou ao Santa Inês com a saúde agravada. Segundo um funcionário da Casa de Saúde Indígena (Casai) em São Luís, o resultado do exame confirmando a doença só saiu nesta segunda-feira, 13. A indígena chegou debilitada e com desmaios ao pedido por assistência médica.

O caso de Ajrua remete a tantos casos de negligência e descaso da falta de compromisso com

a saúde dos povos indígenas e demais brasileiros do campo, das florestas e das cidades pelo governo brasileiro.

O Cimi lamenta mais essa morte e reafirma seu compromisso com o direito do povo a um atendimento específico e diferenciado, que inclui entre outras coisas, uma equipe multidisciplinar para atendimento exclusivo ao povo e investimentos na melhoria da saúde indígena.

Em 2011, uma criança Awá foi acometida pela doença. Felizmente, após intervenção do Cimi junto ao médico sanitaria Istvan Varga, a doença foi diagnosticada fora do Socorrão II depois de mais de uma semana de internação da criança.

Com preocupação, esperamos que a Sesai e o Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI/MA tomem urgentes providências com relação a mais esse caso de calazar na aldeia Awá. Pedimos ao MPF que investigue se houve negligência no atendimento da indígena.

